

## **A Deposição de Juan Perón e sua repercussão no ambiente político das eleições presidenciais brasileiras de 1955**

Mario Ângelo Brandão de Oliveira Miranda \*

### **RESUMO**

Este trabalho, apoiado nas perspectivas da história conceitual, tem por objetivo tentar compreender algumas interpretações dadas ao episódio político de deposição do Presidente da República Argentina Juan Perón, em setembro de 1955, assim como seus usos e influências para as discussões acerca do momento político vivido no Brasil. Nas manchetes e colunas dos periódicos nacionais, são freqüentes as análises comparativas entre a experiência peronista na Argentina e varguismo no Brasil. Desta forma, através do olhar dos formadores de opinião da imprensa brasileira, são definidos cenários políticos futuros para o Brasil, a partir de aproximações e distanciamentos entre estas experiências.

Palavras-chave – deposição de Perón – imprensa – eleições no Brasil

### **ABSTRACT**

This article, based on the perspectives of conceptual history, has the objective to comprehend some interpretations given to the political episode of deposition of the Argentinean Republic President, Juan Perón, in September of 1955, as well as its use and influence in the discussions about the political moment in Brazil. In the head lines and columns of national periodicals, comparative analysis between “Peronist” experience in Argentina and “Varguism” in Brazil are frequently found. This way, throughout the view of opinion formers in the Brazilian press, future political scenarios are defined for Brazil, from similarities and differences between these experiences.

Key-Words – deposition of Perón – press – elections in Brasil

No dia 23 setembro de 1955, após quatro dias de enfrentamentos militares entre as tropas leais ao governo de Juan Perón e aquelas controladas por alguns setores do exército e pela “Frota revolucionária Argentina”, a Praça de Mayo é tomada por uma enorme multidão. Desta vez ela não estava ali para ouvir um dos inúmeros discursos do presidente Perón que durante os últimos dez anos habitualmente eram proferidos das sacadas da Casa Rosada, mas para ouvir o general Eduardo Lonardi, agora presidente provisório da República Argentina.(DONGHI, 1972) Neste exato momento, Perón se encontrava a bordo de uma canhoneira paraguaia que estava atracada no porto argentino a espera de liberação para deixar o país. Diversos deputados peronistas membros da Assembléia argentina foram detidos e as sedes das principais organizações de apoio ao presidente estavam fechadas ou bombardeadas. A CGT ao contrário da tentativa anterior de deposição de Perón não decreta greve geral. Chegava assim ao fim o chamado período peronista na Argentina.

---

\* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio e bolsista do CNPq.

A historiografia acerca do peronismo é vasta e possibilita algumas leituras sobre este movimento. Contudo este trabalho não tem por objetivo promover um balanço da historiografia do peronismo, mas sim tentar compreender algumas interpretações dadas a este episódio político argentino, aqui no Brasil. Também não se trata aqui de realizar uma análise do movimento peronista a luz da historiografia brasileira. Seu foco principal é discutir as interpretações dadas à deposição de Perón pelos formadores de opinião presentes na imprensa brasileira no calor do momento, e quais foram os usos e influências destas interpretações para as discussões acerca do momento político vivido no Brasil.

Em sua análise, a imprensa brasileira faz uso de diversos conceitos e a eles atribuem significados variados. Outro ponto importante para esta pesquisa e que neste artigo será apenas apontado é discutir os diferentes usos do conceito de revolução que aparece de maneira muito significativa nas principais manchetes dos jornais, neste momento.

As reflexões de Reinhart Koselleck sobre a História dos conceitos e suas aplicações, orientam para que se evite anacronismos verificando a apreensão dos conceitos dentro do contexto em que foram produzidos. O contexto político de momento pode conduzir os atores políticos a apreensões e ressignificações diversas de um determinado conceito em virtude do seu histórico de significados. Este autor adverte como significados inclusos em determinados conceitos por suas aplicações prévias podem criar obstáculos para aqueles que pretendem aplicá-los.

*“Todo autor precisa confrontar a relação entre os significados antecedentes de um conceito com os propósitos que ele, autor, tem em mente. É por esta razão que, em 1848, Marx e Engels não utilizaram o título “A Confissão de fé da Liga (ou aliança) Comunista”, bem como tinham sido encarregados de fazer. Para evitar empregar estes termos luteranos (Glaubensbekenntnis, Bund) no seu título, eles escolheram um fraseado inovador: “O Manifesto do Partido Comunista”, ou “Manifesto Comunista””.(KOSELLECK,2006)*

Da mesma forma, a opção pela adoção de um conceito específico pode contribuir para a inclusão de diversos significados em um discurso.

Nestes últimos dias de setembro, o Brasil estava às vésperas de uma eleição presidencial que se realizaria no dia 03 de outubro. A imprensa participaria ativamente dos debates em torno da campanha e seus candidatos, assumindo posições bastante definidas. No Rio de Janeiro, então capital federal e mais importante centro de discussão política, a cobertura eleitoral tinha presença diária garantida nos jornais. A *Tribuna da Imprensa*, e a *Última Hora* foram periódicos que apresentaram posições antagônicas e proporcionaram intensos embates que eram expostos quase sempre em primeira página. Suas capas se

ocupavam, durante o processo eleitoral, eminentemente da política brasileira e suas colunas expressavam com frequência as preferências políticas de seus diretores.

A *Última Hora*, vespertino dirigido pelo jornalista Samuel Wainer e de maior circulação da capital federal, se apresenta como herdeiro e fiel seguidor dos ideais de Vargas. “Defensor intransigente da legalidade” rebate permanentemente aqueles que chama de “pretextos golpistas” que seriam fomentados por uma minoria absoluta insatisfeita com a sucessão dos acontecimentos após o suicídio de Getúlio Vargas. Com relação ao pleito eleitoral presidencial procura afirmar sua isenção e defende, de forma contundente, sua realização sem quaisquer adiamentos como forma de garantir a continuidade de regime democrático e a normalidade política da nação.

Apesar de não apontar um nome para as eleições presidenciais<sup>1</sup>, o jornal defende que o fundamental era que as idéias propostas por Vargas permaneçam presentes nos programas dos candidatos. Neste sentido, sua posição inclina-se para aqueles que, segundo este periódico, defendem os interesses e as reivindicações do povo traçando uma política voltada ao atendimento de suas necessidades e dos reais desejos da nação, garantindo assim o seu desenvolvimento.

A *Tribuna da Imprensa*, por outro lado, retratava em suas reportagens e colunas diárias as opiniões de seu diretor, Carlos Lacerda, e se notabilizou pelo ostensivo combate ao governo Vargas. Agora, nas eleições de 1955, afirmava tentar impedir a volta da “oligarquia”, que era comandada por Getulio Vargas, ao poder.

Durante a campanha eleitoral, este periódico procura a cada momento explorar um fato novo que pudesse inviabilizar a realização do pleito, adia-lo ou forçar a adoção de um regime de emergência através de um golpe de estado. Ele era o porta-voz de uma ala mais radical da UDN que desde um primeiro momento era contrária a uma candidatura própria e favorável a uma solução “extra-legal” que reformulasse o regime e a constituição antes de qualquer eleição. Seus resultados não poderiam ser confiáveis, em virtude da corrupção e da fraude eleitoral.

A *Tribuna da Imprensa* não via nos candidatos ao pleito, aos quais chamava de demagogos, atributos para exercer a presidência da República. Mesmo Juarez Távora

---

<sup>1</sup> Neste pleito concorreram à presidência, Juscelino Kubitschek por aliança entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Adhemar de Barros pelo Partido Social Progressista (PSP), Juarez Távora pela União Democrática Nacional (UDN) e Plínio Salgado pelo Partido de Representação Popular (PRP). A Vice-presidência concorreram, João Goulart pelo PTB-PSD, Milton Campos pela UDN e Danton Coelho pelo PSP. Vale lembrar ainda que neste período as eleições para presidente e para vice-presidente eram independentes.

provável candidato natural de Lacerda<sup>2</sup>, já que pertencia ao mesmo partido, recebia duras críticas e era visto de forma negativa em virtude de suas alianças políticas. Somente a poucos dias do pleito em virtude do fracasso das tentativas de solução “extra-legal” o jornal se definiria a favor do candidato udenista.

Acima da própria disputa eleitoral, o embate entre *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa* parece girar em torno da defesa ou do ataque da “herança varguista” na política brasileira.

O debate acerca da realização das eleições extrapolava as páginas dos jornais e ganhava o parlamento. Uma campanha marcada por diversas tentativas de adiamentos e cancelamentos manteve a realização do pleito indefinida até os últimos momentos. O Congresso se envolveu em discussões em torno do modelo de cédula eleitoral e muitas tentativas de cassação dos direitos políticos de Juscelino Kubitschek e de João Goulart.

Este quadro político pode contribuir para compreensão da enorme repercussão sofrida pelo episódio da deposição de Perón na imprensa brasileira, em especial nos jornais aqui estudados. *Tribuna da Imprensa*, e *Última Hora* eram jornais que habitualmente realizavam modesta cobertura internacional e que agora havia se reduzido ainda mais, por conta dos debates em torno do pleito. Contudo, os últimos dias de Perón no poder ocuparam as reportagens de capa e o noticiário destes periódicos durante praticamente todo o mês de setembro. Suas interpretações permitiriam usos específicos ligados a objetivos políticos claramente definidos no contexto da disputa eleitoral no Brasil, independente de quaisquer ligações reais entre os dois acontecimentos.

Os acontecimentos em torno da saída Perón do poder proporcionaram algumas idas e vindas em um curto período de apenas alguns meses. A relação entre o governo peronista e a igreja católica percorreu caminhos tortuosos durante vários momentos. O divórcio definitivo entre os dois aconteceria em 1955, após o governo argentino adotar medidas como a equiparação dos filhos legítimos com os extramatrimoniais, a legalização dos prostíbulos, o fim da subvenção ao ensino confessional e a supressão radical do ensino religioso em todo o sistema de educação argentino. Este conjunto de medidas culminaria com uma proposta de reforma constitucional que introduziria a separação definitiva entre a igreja e o estado. A procissão de Corpus Christi de junho de 1955 acabou se transformando em uma dura manifestação contra o governo. O país vivia um clima de choque eminente quando no dia 16

---

<sup>2</sup> Vale lembrar que Carlos Lacerda neste momento era deputado federal e principal líder udenista no Rio de Janeiro

do mesmo mês estoura uma revolta apoiada, sobretudo pela Marinha que promoveria horas de combate e bombardeamento da capital.

O governo controlaria a situação, mas nesta mesma noite manifestantes promoveriam uma série de incêndios a igrejas de Buenos Aires. Sua sustentabilidade estava claramente ameaçada.

No dia 31 de agosto, quando órgãos internacionais já acreditavam que Perón conseguiria contornar a situação, os jornais do Rio de Janeiro anunciavam sua renúncia e a convocação de uma greve geral com o intuito de demover o presidente de sua decisão. Neste mesmo dia em sua coluna internacional denominada “O fato internacional”, *Última Hora* alertava para os riscos de confrontos entre militares e “descamisados” que poderiam conduzir a uma “sangrenta revolução”.

Na manhã seguinte, Perón recuará de seu pedido de renúncia, em frente a incalculável multidão que se concentrava em frente à Casa Rosada, e conclamava o povo a ação violenta: “Aquele que... agir contra as autoridades constituídas poderá ser morto por qualquer argentino... uma nova vigília começa para nós, uma vigília de armas.”<sup>3</sup>

Os jornais do Rio de Janeiro reagiriam de forma diferente à notícia. Chamando a atitude de Perón de demagógica a *Tribuna da Imprensa* afirma que havia se dado “uma das maiores farsas políticas dos últimos tempos”. No dia 01 de setembro, em primeira página sob o título de “A farsa de Perón” o jornal afirma que a CGT controlada por agitadores peronistas havia mobilizado 100 homens exigindo a permanência do “caudilho” no poder. “O peronismo está mobilizado contra a Argentina é este o quadro da situação que durante os próximos dias não deixará de se agravar”

A *Última Hora* em editorial publicado no dia 02 de setembro, intitulado “Nós e os Argentinos” apesar de concordar com a idéia de farsa política, acrescentaria um argumento que em nenhum esteve presente nas reportagens de nosso outro periódico.

*“[Perón] Depois de renunciar espontaneamente foi “obrigado” a retomar o poder, sob pressão popular... dir-se-á que se trata de uma farsa, de um artifício político próprio da ditadura... não contestamos. Apenas chamamos atenção dos adeptos da solução extra-legal de curto prazo para o fato real e concretíssimo de que Perón apesar de ter contra ele nesta hora, tantas forças materiais e espirituais unidas substancial e ferreamente, permanece na Casa Rosada”*

O editorial ressalta ainda, que a Argentina estava mostrando “que o caminho da tolerância e da lei ainda é o melhor”. Neste sentido tenta mostrar que mais importante que

---

<sup>3</sup> Trecho do discurso de Perón retirado de reportagem do dia 01 de setembro 1955 da *Última Hora*, primeira página.

derrubar governos é respeitar a legalidade, o que se encaixa em seu discurso pela manutenção das eleições e do caminho democrático e legal para se atingir o poder político no Brasil.

A partir do dia 16 de setembro se inicia realmente o conflito armado que levaria a deposição de Perón. Sua cobertura, nestes dois jornais, foi intensa, sendo permanentes as tentativas de associá-la às suas pretensões e propostas políticas para as eleições no Brasil. Nesta linha de reflexão, o uso dos conceitos pelos jornais durante a cobertura dos acontecimentos será feito de forma cuidadosa e intencional. Como nos adverte Koselleck (2006:77), “A relação entre as palavras e seu uso é mais importante para a política do que qualquer outra arma”.

O discurso evidenciado nas manchetes capa dos dias 16 e 17 de setembro nos dois jornais pesquisados podem ser bastante elucidativas quanto às intenções de uso político do episódio argentino. Enquanto a *Última Hora* estampa, “Terrorismo, sublevação e estado de sitio na Argentina” no dia 16 e “Guerra civil na Argentina” no dia 17, a *Tribuna da Imprensa* destaca: “Novo complot para derrubar Perón: movimento revolucionário no interior” no dia 16 e “Constituído o governo da revolução argentina” no dia 17.

O foco tanto da chamada de capa como do interior do noticiário da *Última Hora* é a violência dos combates e aos riscos de derramamento de sangue. O governo argentino recebe maior atenção do que as forças opositoras com o jornal trazendo informações sobre o movimento das tropas “leais ao governo legalmente constituído” e os confrontos com as “tropas rebeldes”. Procurando ressaltar sempre a idéia de que se trata de uma guerra civil, o jornal publica uma entrevista exclusiva com o Perón na qual o presidente afirma que:

*“as bases populares de todos os partidos condenam o terrorismo e querem um amplo entendimento... a oposição dia após dia separa-se cada vez mais dos anseios de suas bases partidárias populares... sob o ponto de vista teórico, se distinguem claramente; - são conservadores, radicais, comunistas, socialistas, democratas progressistas. Sob o ponto de sua atividade política... são iguais entre si [querem] ... retroagir o povo a condições anteriores a 1943”<sup>4</sup>*

O Enfoque adotado pela *Tribuna da Imprensa* é diverso. Este, desde o primeiro momento, procura dar destaque ao caráter revolucionário do movimento opositor. Ainda em 26 de agosto, alguns dias antes de estourarem os confrontos militares, a *Tribuna da Imprensa* estampava em reportagem de capa: “Prepara-se nova revolução na Argentina”.

É bem verdade, que não foi a *Tribuna da Imprensa* que definiu o movimento opositor ao governo de Perón, de revolucionário, mas sim os grupos militares que participavam do mesmo. Ao se intitularem revolucionários, estes setores conservadores,

---

<sup>4</sup> Perón. Entrevista concedida a *Última Hora*, dia 17 de setembro de 1955 p.7.

passam a carregar consigo todo o histórico do conceito que está ligado a transformações e convulsões sociais. Como ressalta Koselleck (2006:69), após a revolução francesa, o conceito de revolução se tornou uma espécie de coletivo singular que concentra em si todas as revoluções particulares. O conceito assume assim um caráter meta-histórico, que pode permitir que ele se constitua em um argumento puramente retórico dentro de uma realidade histórica específica.

Contudo, o uso excessivo da idéia de revolução pela *Tribuna da Imprensa*, parece ter alguns objetivos. A noção de revolução soluciona a questão da dissolução de um governo legalmente constituído já que como argumenta Koselleck uma revolução se legitima por ela mesma, purificando uma legalidade que se encontra corrompida. Em sua coluna do dia 20 de setembro, Carlos Lacerda afirma que,

*“O Brasil no que tem de mais consciente e verdadeiramente representativo, saúda a queda de Perón, a ressurreição da republica argentina, que esperamos venha transformada e aperfeiçoada pelo sofrimento transfigurado na dor e na ansiedade de todos estes anos... Caiu ontem a “legalidade” argentina. A revolução construirá no lugar dela, fementida, uma legalidade genuína.”* (Tribuna da Imprensa, 20/09/1955, p.4)

Em sua comparação da realidade argentina com a brasileira, Carlos Lacerda, apesar de identificar questões “muito semelhantes”, não chega a propor igual solução. Em suas colunas, afirma que ainda não chegamos ao ponto de necessidade de um confronto violento, e a palavra revolução ainda não é mencionada. O que ele propõe é um “Contra-golpe preventivo”, que seria a instalação do governo de gabinete que, fosse capaz de corrigir os erros de nossa democracia.

Neste dia, a situação na argentina parece já estar definida. Enquanto a *Tribuna da Imprensa* procurava ressaltar a revolução apenas havia começado a *Última Hora* procura relativizar o caráter realmente revolucionário deste movimento. Em reportagem assinada pelo enviado especial Luiz Menezes, aparece a seguinte análise:

*“Parece definitivamente vitorioso o **movimento, de fundo e origem, puramente militar**, que se desencadeou na madrugada do ultimo dia 16, em diversos pontos do país, visando liquidar sumariamente, de uma forma ou de outra o líder do “justicialismo” argentino”* (ÚLTIMA HORA, 20/09/1955, p. 2. grifo meu)

Contudo, a preocupação principal deste periódico não é criticar o movimento oposicionista vitorioso na Argentina e nem defender o presidente Perón, o qual recebe duras críticas. O foco de sua principal atenção é procurar desconstruir possíveis associações entre o governo de Perón e Vargas. Ainda no dia 20 quando o paradeiro de Perón era incerto ventilou-se a possibilidade de suicídio. A *Última Hora* rechaçaria de pronto esta hipótese afirmando que, “a versão de suicídio parece ter o objetivo de ligar o fim do general Perón ao

presidente Vargas no Brasil, embora as circunstâncias sejam diferentes nos dois países” (20/09/1955, p. 2.).

As análises comparativas que aproximam o varguismo ao peronismo se tornaram comuns na historiografia ao longo dos últimos anos. Maria Helena Capelato (1998), em sua reflexão sobre a propaganda política no varguismo e no peronismo comenta que estes dois movimentos foram considerados freqüentemente expressões mais típicas do populismo na América Latina. A autora, contudo, indo ao encontro de diversas análises contemporâneas, deixa claro que estas análises não levam em conta particularidades nacionais e nem especificidades conjunturais, impossibilitando a “recuperação do evento em sua plena historicidade”. Elas entendem inclusive, o “populismo” varguista como todo indiferenciado que engloba o período de 1930 a 1964, desconsiderando as inúmeras nuances presentes neste longo período.

Os populistas formariam uma elite corrupta e amoral que substituía a elite tradicional e cooptava o apoio das massas de forma demagógica aproveitando-se de sua ignorância para então realizar os seus próprios desejos. Ao Realizar um governo que supostamente ia ao encontro de alguns desejos das massas ressentidas, os populistas apenas procuravam se perpetuar no poder e obter privilégios pessoais.

Esta visão se tornou um cânone no Brasil por muitos anos. As formulações de Weffort e outros analistas políticos, nos anos 70 e 80 revelam o populismo como uma política manipuladora das massas, exercida por um pequeno grupo que veio preencher um vácuo de poder deixado pelas antigas elites tradicionais e que não pode ser ocupado por grupos saídos da sociedade civil urbana, por sua absoluta falta de capacidade de organização (GUIMARÃES, 2001).

Todavia, nos últimos anos, como ressaltou Maria Helena Capelato, alguns cientistas políticos e historiadores como Ângela Castro Gomes (2001), por exemplo, vêm colocando em desuso este conceito. Um dos pontos de sua crítica se fundamenta, sobretudo, na alegada incapacidade das massas de escolherem conscientemente seu posicionamento político. Para ela, ao invés de apenas manipular o povo, muitas das propostas apresentadas pelos “populistas” dos anos 50 iam sim ao encontro de demandas reais da sociedade. Na opinião dos agraciados pelos programas sociais criados neste período, eles realmente trouxeram benefícios reais às suas vidas.

A *Última Hora*, quando faz em suas colunas referências aos populistas, o faz de forma positiva. Ser populista, para este jornal, é atender as reivindicações do povo e traçar uma política voltada para o atendimento de suas necessidades e dos reais desejos da nação. Com



relação a Perón, suas diferenças em relação ao governo Vargas, são mais que evidentes. Em um editorial do dia 20 de setembro intitulado “*Lição do peronismo*” ressalta o caráter militar do governo Perón, particularidade que não ocorreu a Vargas.

*“Fundamentalmente o peronismo era uma ditadura militar que, para melhor defender-se do predomínio de determinados setores capitalistas, atraiu o apoio dos trabalhadores. Na base de favores oficiais criou-se uma CGT que dava cobertura popular a uma ditadura”*

Ao contrário do que se deu com o governo de Getúlio Vargas, a ascensão de Perón ao poder não se deu por intermédio das massas e nem pela preferência do homem da rua. “O poder lhe foi transmitido pela força dos quartéis”. O jornal por meio de seu editorial faz ainda um alerta para aqueles que pretendem seguir os passos de Perón no Brasil chegando ao poder por forças não democráticas.

*“Enfim, ontem caiu um ditador militar e sua queda deve servir de exemplo aos aspirantes a idêntico posto em nosso país... seria terrível do ponto de vista político... termos de aceitar uma ditadura que neste momento da história, não pode fugir ao modelo fascista que serviu a Perón”*

Utilizando um enfoque diverso, *A Tribuna da Imprensa*, aproxima diretamente as propostas peronistas com as da “oligarquia” herdeira de Vargas. O jornal realiza inúmeras reportagens sobre crimes cometidos por Perón que vão desde fraudes e desvios, a saques em cofres públicos. Durante a campanha eleitoral este periódico procurou desqualificar os candidatos Juscelino Kubitschek e João Goulart, em especial, através das mais variadas associações possíveis. Com relação ao peronismo isto não foi diferente. Em sua coluna do dia 20 de setembro, Carlos Lacerda alerta para certa licenciosidade de governos anteriores a infiltração peronista e apresenta João Goulart como seu principal sucessor no Brasil.

*“ Na argentina Perón encarnou um movimento de inegável profundidade visando estabelecer seu domínio sobre uma aliança entre as classes médias e o proletariado urbano, sob a direção nominal deste último... com as massas [envolvidas] pela propaganda e dementadas pela incitação a guerra de classes e ao ressentimento... [isto] foi o que se ensaiou e começou a se desencadear no Brasil desde de 1950 pelo “PTB” ... Goulart em nome da legalidade une-se a Juscelino e ambos ao comunismo, para... subir ao poder e no poder, destruir a república e instaurar uma nova “legalidade” de lira peronista”. (Tribuna da Imprensa, 20/09/1955, p.4)*

As tentativas de associação direta de João Goulart ao peronismo serão muitas, e culminariam com a publicação, as vésperas das eleições, de uma suposta carta enviada pelo deputado argentino, peronista, Antonio Brandi a João Goulart. A carta relatava a existência de um contrabando de armas da Argentina para o Brasil e também revelava entendimentos entre Juan Perón e João Goulart, com o intuito de se instalar no Brasil, uma república sindicalista através de uma guerra civil.

O objetivo principal da *Tribuna da Imprensa* era impedir a realização das eleições, já que previa, como aconteceu anos antes com Getúlio Vargas, a derrota nas urnas dos setores políticos que representava. Os acontecimentos ocorridos na Argentina acabaram se transformando em mais uma arma neste embate argumentativo no qual esta proposta seria derrotada. Os defensores da legalidade constituída e da realização das eleições, como a *Última Hora*, saíram vencedores deste confronto com a realização do pleito e a vitória nas urnas de Juscelino Kubitschek.

Os caminhos da democracia no Brasil ainda seriam tortuosos, em novembro deste mesmo ano, um golpe de estado “preventivo” aconteceria para se manter o resultado das urnas e empossar Juscelino. Anos mais tarde, em 1961, encontra-se uma solução parlamentarista para se evitar a posse de João Goulart, então vice-presidente de Jânio Quadros. Em abril de 1964, a democracia receberia seu mais duro golpe, tropas militares apoiadas por setores da sociedade civil depõem o então presidente João Goulart. Os participantes deste movimento, assim como aqueles que participaram do movimento que derrubou na Argentina o presidente Juan Perón afirmaram estar promovendo uma revolução.

### **Bibliografia Principal**

**ARENDETT**, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática; Brasília: Ed. UnB, 1990.

**CAPELATO**, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no peronismo e no varguismo*. Campinas: Papyrus. 1998.

**DONGHI**, Túlio Halperin. *História Argentina. La Democracia de Massas*. Buenos Aires: Paidós, 1972

**GOMES**, Ângela Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: Jorge Ferreira (org). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

**GUIMARÃES**, César. Vargas e Kubitschek: A longa distancia entre a Petrobrás e Brasília. In: Maria Alice Rezende de Carvalho e Renato Lessa. *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

**KOSELLECK**, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

### **Fontes**

**TRIBUNA DA IMPRENSA**, agosto, setembro e outubro de 1955.

**ÚLTIMA HORA**, agosto, setembro e outubro de 1955.